

## AS NARRATIVAS INFANTIS COMO POSSIBILIDADE PARA RECONHECER A ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS PELAS CRIANÇAS

Leidiane Aparecida dos Santos<sup>1</sup>  
Aliandra Cristina Mesomo Lira<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo discute o potencial das narrativas infantis como possibilidade de atribuições de sentidos acerca das experiências que as crianças vivenciam. Metodologicamente, a presente reflexão é de cunho bibliográfico. Um novo olhar para as crianças como sujeitos competentes para falar das experiências que vivenciam, que busca retirá-las do seu silenciamento histórico e aponta para a necessidade de compreendê-las, também, a partir de sua voz. Tais pressupostos situam esse estudo como fundamentado na Sociologia da Infância, a qual concebe a criança como um sujeito histórico, social e de direitos, cujas interpretações de mundo precisam ser conhecidas e consideradas. Os resultados demonstram a necessidade de ampliar a disponibilidade do adulto para escutar as crianças, valorar as interlocuções e aprofundar a compreensão das narrativas como oportunidade de organização de pensamento e com implicações na construção de identidades.

2434

**Palavras-chave:** Crianças. Narrativas Infantis. Sociologia da Infância.

**ABSTRACT:** This article discusses the potential of children's narratives as a way of attributing meaning to the experiences children have. Methodologically, this is a bibliographical reflection. A new look at children as subjects who are competent to talk about their experiences, which seeks to remove them from their historical silencing and points to the need to understand them from the perspective of their voice. These assumptions situate this study as based on the Sociology of Childhood, which conceives of children as historical, social subjects with rights, whose interpretations of the world need to be known and taken into account. The results show the need to increase the adult's willingness to listen to children, to value dialogue and to deepen the understanding of narratives as an opportunity to organize thought and with implications for the construction of identities.

**Keywords:** Children. Children's narratives. Sociology of Childhood.

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia pela UNICENTRO. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UNICENTRO.

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação -PPGE/UNICENTRO.

## INTRODUÇÃO

A historicidade nos mostra que as crianças foram ignoradas como sujeitos sociais e produtores de cultura, configurando condição em que foram olhadas e descritas pelas lentes dos adultos, os quais se apresentaram como competentes para falar da infância, das crianças, de suas características e de seus interesses. A infância desde a Modernidade é considerada um período preparatório para a fase adulta em que as narrativas das crianças não eram consideradas, tampouco conhecidas.

Os estudos acerca das narrativas infantis são um elemento recente no campo das pesquisas com e sobre crianças e, de certa forma, ainda pouco explorado. Um novo olhar para as crianças como competentes para falar das experiências que vivenciam busca retirá-las do seu silenciamento histórico e aponta para a necessidade de compreendê-las, também, a partir de sua voz. Tal compreensão ganha força com os Estudos Sociais da Infância, cujas discussões se estruturaram ao longo da última década do século XX e se ampliaram significativamente no século XXI. Com o emergir da Sociologia da Infância como campo investigativo preocupado em ouvir, observar, dar voz às crianças e às suas experiências, busca-se considerar a criança como sujeito ativo e com valor na sociedade.

2435

## MÉTODOS

O estudo, de cunho bibliográfico, ancora-se numa abordagem qualitativa e propõe reflexões teóricas acerca das narrativas infantis como potente ferramenta para que as crianças possam atribuir sentidos a assuntos que lhes dizem respeito.

Essa compreensão se sustenta em um novo olhar para as crianças como sujeitos competentes para falar das experiências que vivenciam, que busca retirá-las do seu silenciamento histórico e aponta para a necessidade de compreendê-las, também, a partir de sua voz.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A historicidade nos mostra que as crianças foram ignoradas como sujeitos sociais e produtores de cultura, configurando condição em que foram olhadas e descritas pelas lentes dos adultos, os quais se apresentaram como competentes para falar da infância, das crianças, de suas características e de seus interesses. A infância desde a Modernidade é considerada um período preparatório para a fase adulta em que as narrativas das crianças não eram consideradas, tampouco conhecidas.

Os estudos acerca das narrativas infantis são um elemento recente no campo das pesquisas com e sobre crianças e, de certa forma, ainda pouco explorado. Um novo olhar para as crianças como competentes para falar das experiências que vivenciam busca retirá-las do seu silenciamento histórico e aponta para a necessidade de compreendê-las, também, a partir de sua voz. Tal compreensão ganha força com os Estudos Sociais da Infância, cujas discussões se estruturaram ao longo da última década do século XX e se ampliaram significativamente no século XXI. Com o emergir da Sociologia da Infância como campo investigativo preocupado em ouvir, observar, dar voz às crianças e às suas experiências, busca-se considerar a criança como sujeito ativo e com valor na sociedade.

No bojo das compreensões situadas no campo da Sociologia da Infância, ao conceber as crianças como sujeitos ativos e sociais que interpretam o mundo, passamos a valorizar suas vozes e, dessa forma, oferecer oportunidades para que compartilhem experiências e concepções, favorecendo para que compreendamos suas percepções acerca dos assuntos dos quais participam.

Na continuidade desta discussão, tal campo de conhecimento passa a fazer uso do termo ‘voz das crianças’ como um legitimador poderoso na infância, sublinhado pelo conceito de empoderamento, no propósito de oportunizar que as crianças partilhem os seus pontos de vistas e opiniões e que participem na tomada de decisões (Hanna; Lundy, 2020). A expressão ‘voz das crianças’, recentemente assumida, vem conduzindo muitos impactos nos estudos das infâncias, pois tem se estabelece como um elemento comum em pesquisas que procuram acolher os discursos infantis e que tomam as crianças como informantes de si mesmas. Seu uso contribui para a representatividade das perspectivas das crianças e para dar visibilidade às atribuições de sentidos acerca das experiências que experenciam. Cabe registrar que as crianças sempre tiveram voz, mas não eram ouvidas, eram silenciadas, invisibilizadas, negadas.

Valorizar a voz das crianças também suscita a importância da participação infantil nos processos de investigações que os incluam como sujeitos centrais do estudo. Ou seja, esta noção implica a escuta como ponto de partida para produção de conhecimentos, pois aponta a necessidade de que, ao buscarmos as atribuições de sentido das experiências que as crianças vivenciam, que elas sejam envolvidas nestas significações que dizem respeito às suas vidas. Deste modo, como conceito norteador e ponto de partida para as investigações que envolvem as crianças, contribui para construir caminhos para o desenvolvimento de abordagens num processo de comunicação direta entre os envolvidos.

Na perspectiva centrada nos direitos, a discussão acerca da importância da escuta da voz narrativa das crianças vem conquistando espaço nos documentos públicos. Em 1989, a palavra voz aparece na Convenção sobre os Direitos das Crianças, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e ratificada por 196 países. O artigo 12 destaca que a criança é capaz de formular seus próprios pontos de vista e tem o direito de expressar suas opiniões livremente sobre os assuntos relacionados a ela. O documento foi um grande marco para ampliar discussões no que diz respeito a necessidade de ouvir as crianças e respeitá-las (ONU, 1989).

No Brasil, a Convenção sobre os Direitos da Criança foi promulgada no Decreto nº 99.710 de 21 de novembro de 1990. Ainda em âmbito nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) indica o direito de a criança ser ouvida, sendo que o Art. 16 aborda especificamente o direito à liberdade de opinião e expressão. Estes, entre outros marcos legais, contribuíram na construção de uma concepção de criança como sujeito histórico, social e de direitos, entre eles o direito de que suas versões sobre o mundo sejam conhecidas e validadas. Como vimos, ao longo do tempo as discussões sobre esta temática vêm ganhando espaço e orientando estudos importantes acerca das crianças e seus direitos, sujeitos capazes de elaborar sentidos próprios em relação ao mundo e a si mesmos.

2437

Ademais, este debate abre campo para além da legitimidade das vozes infantis, como para a necessidade de espaço e de oportunidade para que tenham influência sobre assuntos que lhes digam respeito. Segundo Hanna e Lundy (2020, p. 466), “[...] atender às vozes das crianças significa mais do que procurar ou obter as visões da criança, mas também assegurar que estas são levadas a sério por aqueles que detém o poder para produzir mudanças efetivas nas suas vidas”.

As crianças são competentes para formular seus próprios pontos de vista e possuem o direito de expressar suas opiniões livremente (Corsaro, 2011), mas para que isso ocorra, é necessário que tenham oportunidades, espaços e tempos para partilhar experiências e atribuírem sentidos aos fenômenos que lhe dizem respeito, por meio de suas narrativas, as quais precisam ser conhecidas e valorizadas. Narrar é contar quem somos, é falar de nossas singularidades e maneiras de ver o mundo.

O ato de narrar não se resume somente a contar um fato ou acontecimento acerca de algum tema, mas é, de certo modo, uma atividade complexa e social, pois segundo Girardello (2020, p. 5), “A competência narrativa, enfim, cuja aquisição envolve enorme complexidade, é desenvolvida através da relação com os adultos, e na interação social de modo geral”. Nessa

compreensão, as narrativas infantis permitem que as crianças atribuam sentidos à realidade vivida uma vez que, “[...] pela narrativa a criança exerce a atividade combinatória de sua imaginação, construindo algo novo que faz sentido para ela, a partir do que vê” (Girardello, 2020, p. 6).

Tebaldi e Carvalho (2023, p. 5) concebem a narrativa “[...] como um instrumento de construção de sentido que organiza as experiências das pessoas em uma sucessão de eventos no tempo, focalizando personagens, ações e intenções”. Contar algo que aconteceu ou é vivido envolve um complexo processo de pensamento, com organização de ideias expressas pela linguagem oral, escrita ou desenhada. Por meio das narrativas e de contar histórias, as crianças podem atualizar suas memórias, aprimorar sua criatividade e organizar suas experiências vividas” (Hartmann, 2014, p. 245).

É importante compreender que as crianças fazem uso de diferentes linguagens antes e depois das palavras. Nas narrativas, elas dispõem de uma pluralidade de formas de se expressar, sejam elas verbal, corporal, lúdica, entre outras. Para Kishimoto, Santos e Basílio (2007, p. 430) “[...] a narrativa está presente na conversação, no contar e recontar histórias, na expressão gestual e plástica, na brincadeira e nas ações que resultam da integração de várias linguagens”.

Promover o desenvolvimento das narrativas infantis contribui para consolidar a 

---

2438 concepção de criança como sujeito ativo e social, bem como, para o reconhecimento que em suas falas elas expressam o mundo tal como o percebem. Para tal objetivo, é preciso que criemos tempos, espaços e possibilidades para que possam narrar fatos, sentimentos e interpretações de fenômenos que vivenciam. Essa intencionalidade não consiste somente na organização e proposição para que essas experiências se efetivem, mas de tal modo, também no acolhimento da voz narrativa das crianças, na valorização do que dizem e pensam, na escuta efetiva e afetiva.

A produção de narrativas pelas crianças impõe a necessidade de que os adultos organizem estratégias que valorizem a participação infantil. Diante disso, questionamos: o que é necessário para que as crianças tenham suas falas valorizadas? Julgamos que a premissa é ter alguém para ouvi-las. Uma escuta atenta para seus interesses, suas incertezas e interpretações de mundo. A seguir, apontamos possíveis aspectos favoráveis à produção de narrativas infantis, especialmente nos modos de ouvi-las.

As crianças buscam nos oferecer suas vozes, nos mostrar suas interpretações de mundo, processos imaginativos e relatar experiências pessoais, entretanto, nossa cultura ainda se estrutura a partir de uma visão adulto cêntrica que ignora escutá-las com sensibilidade e

compreensão. De modo contrário, precisamos retribuir com uma escuta atenta e acolhedora, pois escutar significa dar atenção e importância para a presença e voz do outro.

Seguindo estas questões, precisamos de condições para que essas vozes sejam compreendidas em suas singularidades e permeadas por uma escuta respeitosa e dialógica com as crianças. Uma delas é que façamos isso sem apressá-las:

Escutar uma criança pede calma, pede a entrega ao sabor da música tão especial com que as crianças tateiam o sentido, valendo-se das palavras e recursos de linguagem que conhecem. É não querer que ela ‘diga logo’ alguma coisa. É respeitar seus silêncios, ritmos e hesitações. Escutar uma criança é colocar todos os nossos recursos sensíveis – não só a audição e o pensamento, mas também o olhar, a respiração, os gestos, a postura corporal – a serviço da acolhida ao que ela quer dizer, ainda que não o saiba (Girardello, 2020, p. 10).

Isso exige uma postura sensível e diferente do que costumeiramente assumimos, como continua a refletir a autora:

Escutar uma criança é refrear ao julgamento, modular com sensibilidade a crítica e evitar reações automáticas ou previsíveis ao que elas nos contam. Cada história é única, assim como são únicos os narradores, cobrando, de quem escuta posturas também únicas para que as crianças percebam ali a cumplicidade de uma rede de segurança forte e flexível onde possam se atirar sem medo (Girardello, 2020, p. 10)

Uma escuta atenta inegavelmente inspira as crianças a narrarem. Quando sentem que tem alguém para escutá-las com atenção, as crianças sentem vontade de dar continuidade a esta atividade. Este jogo dialógico de trocas de experiências é valioso e permite que os sujeitos infantis percebam que suas falas possuem valor: “Trata-se de uma troca de presentes: te dou minha voz, minha palavra, e me dás tua escuta, para que nossas imaginações possam dançar juntas” (Girardello, 2020, p. 10). Concordamos com a autora quando diz que “[...] as crianças precisam, de um lado, ter acesso à riqueza narrativa; de outro, receber a escuta atenta, curiosa e solidária de quem está ao lado delas, para que desenvolvam a confiança em sua própria voz de narradoras” (Girardello, 2020, p. 9).

Outra estratégia qualificadora concerne em perceber que a narrativa infantil envolve uma complexidade de atividades e manifestações, sejam elas linguísticas, fantasiosas e imaginárias, reproduções de processos simbólicos e construções de novos, permeados por interpretações. É preciso entender que as crianças utilizam de diversas linguagens para se expressar, antes e depois das palavras. Não é possível ouvir as vozes infantis se quisermos entendê-las apenas com a linguagem dos adultos, pois as crianças utilizam de ritmos, gestos e inúmeras estratégias para a produção das narrativas. É preciso escutá-las por meios em que sejam incluídas a fantasia, a imaginação e criativas formas de olhar para si e para o mundo, e seja permitido gaguejar e

reconhecer uma linguagem infantil que destoe das expectativas dos adultos (Abramowicz; Rodrigues, 2014).

Escutar não é uma postura passiva, é decisão, é apoio fático. Para Girardello (2020, p. 17), “[...] escutar uma criança é também ir soltando linha para que sua voz narrativa, como uma colorida pipa de papel, possa voar livre e ao mesmo tempo em segurança”. Assim, validaremos suas narrativas e contribuiremos, de certa forma, para reafirmá-las como sujeitos ativos de uma categoria social que apresenta modo singular de compreensão de mundo, modo esse que os adultos têm dedicado progressivamente interesse em conhecer. Conforme Galiani (2013, p. 37), “[...] se pudéssemos dar voz às crianças que estão nas casas, ruas, instituições, buscando a construção de sua própria história, é provável que elas nos relatem situações que envolvem sentimentos e sensações diferentes da perspectiva do adulto”. A criança tem voz, a questão é que ela não é ouvida ou considerada.

## CONCLUSÃO

Após estas reflexões acerca da voz narrativa e escuta das falas infantis, concluímos a importância de ampliarmos estudos que se inserem na lacuna de ouvir as crianças e acolher suas narrativas como formas de interpretação de mundo. De tal modo, precisamos fomentar discussões acerca de cultivar uma escuta atenta e compreensiva das vozes infantis sobre assuntos que fazem parte da infância. Com efeito, as crianças sentirão que suas narrativas são respeitadas e nós, enquanto pesquisadores, as conceberemos como uma incessante fonte de conhecimento e atribuições de sentidos a partir de suas visões de mundo.

2440

Os estudos acerca das narrativas infantis inferem relevância, pois reafirmam a concepção de criança como sujeito ativo e social e contribui para o reconhecimento que em suas falas expressam o mundo tal como o percebem. Destarte, precisamos criar tempos, espaços e possibilidades para que as crianças possam narrar fatos e interpretações dos fenômenos de seus interesses.

## REFERÊNCIAS

1. ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T. C. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. *Educação & Sociedade, Campinas*, v. 35, n. 127, p. 461-474, abr. 2014.
2. CORSARO, W. A. *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

3. GALIANI, S. S. A afetividade nas práticas pedagógicas: atitudes e expressões verbais nas interações professora-crianças, sob a perspectiva de Henri Wallon. 2013. 113 f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2013.
4. GIRARDELLO, G. “Eu tenho uma coisa pra contar”: inspirações para a escuta das narrativas infantis. Revista da FUNDARTE, Montenegro, v. 42, n. 42, p. 01–20, 2020.
5. HARTMANN, L. Equilibristas, viajantes, princesas e poetas: performances orais e escritas de crianças narradoras. **Boitatá**, Londrina, v. 10, n. 20, p. 48–67, 2015.
6. KISHIMOTO, T. M.; SANTOS, M. L. R. DOS.; BASÍLIO, D. R. Narrativas infantis: um estudo de caso em uma instituição infantil. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 427–444, set. 2007.
7. LUNDY. L; HANNA, A. Voz das Crianças. In: TOMÁS, C.; TREVISAN, G.; CARVALHO, M. J. L.; FERNANDES, N. Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas globais/Key concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives. Braga: UMinho, 2021. p.463-468.
8. TEBALDI, L. R.; CARVALHO, R. S. De. As crianças e suas performances na produção de narrativas orais na pré-escola. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 104, p. e5201, 2023.